



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

### **PORTARIA N. 403, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2008.**

Regulamenta, no Superior Tribunal de Justiça, o programa de reciclagem anual destinado aos ocupantes de cargos com atribuições relacionadas às funções de segurança, de que trata o art. 17, § 3º, da Lei n.º 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

**O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, no uso da competência conferida pelo art. 94, IX, b, do Regulamento da Secretaria e tendo em vista o que consta no art. 17, § 3º, da Lei n.º 11.416, de 15 de dezembro de 2006, no art. 3º do Anexo III da Portaria Conjunta n.º 1, de 7 de março de 2007, e no art. 4º, inciso VI, do Anexo III da Portaria Conjunta n.º 3, de 31 de maio de 2007, do Supremo Tribunal Federal e Tribunais Superiores, assim como no Processo STJ 1561/2008,

#### **RESOLVE:**

##### **Das Disposições Gerais**

Art. 1º O programa de reciclagem anual dos servidores ocupantes dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, Área de Atividade: Administrativa, Especialidade: Segurança, observará o disposto nesta portaria.

§ 1º O programa deverá contemplar cursos nas seguintes áreas:

- a) serviços de inteligência;
- b) segurança de dignitários, patrimonial, da informação e de pessoas; e
- c) direção defensiva;

§ 2º Os cursos terão duração de, no mínimo, trinta horas de aula anuais e incluirão teste de condicionamento físico.

Art. 2º É obrigatória a participação do servidor no programa de reciclagem anual, sob pena de suspensão da Gratificação de Atividade de Segurança.

Art. 3º Para a execução do programa, poderá ser firmado convênio ou contrato com academias de formação, escolas e centros de treinamento, públicos ou privados.



## Dos Períodos de Realização do Programa

Art. 4º Os cursos do programa serão realizados anualmente, nos meses de:

I – maio, para os servidores que completarem interstício no período de 1º de outubro a 31 de março;

II – novembro, para os servidores que completarem interstício no período de 1º de abril a 30 de setembro.

Art. 5º O interstício aludido nos incisos I e II terá duração de trezentos e sessenta e cinco dias contados do início do exercício no cargo, sem dedução de nenhuma espécie, suspendendo-se o cômputo do tempo nas hipóteses em que o servidor deixar o exercício em virtude de:

I – suspensão disciplinar não convertida em multa;

II – licença por motivo de doença em pessoa da família, sem remuneração;

III – licença para tratar de interesses particulares;

IV – afastamento para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere, com perda total da remuneração;

V – afastamento para exercício de mandato eletivo, exceto quando, havendo compatibilidade de horários, o servidor continuar a exercer as atribuições do cargo;

VI – participação em curso de formação decorrente de aprovação em concurso público para outro cargo na administração pública federal;

VII – prisão não decorrente de decisão judicial definitiva;

VIII – licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro, por prazo indeterminado, sem remuneração;

IX – licença para atividade política;

X – licença para desempenho de mandato classista;

XI – afastamento para estudo ou missão no exterior;

XII – afastamento (sem ônus para o Tribunal) com perda de remuneração, exceto para exercício de função comissionada ou cargo em comissão.

§ 1º Será retomada na data de reassunção do exercício do cargo a contagem de tempo para completar o interstício, aproveitando-se o tempo anterior à suspensão.

§ 2º Ocorrerá interrupção na contagem de tempo no caso de condenação a pena privativa de liberdade por decisão judicial definitiva, reiniciando-se o cômputo a partir da data de reassunção do exercício do cargo, desprezado o tempo que precedeu a interrupção.

Art. 6º A unidade de gestão de pessoas informará à área de segurança, nos prazos máximos de 15 de abril e 15 de outubro de cada ano, os nomes dos servidores que tiverem completado interstício e que deverão participar do curso de reciclagem nos meses de maio e novembro, de que trata o art. 4º, I e II.

## Da Participação no Programa de Reciclagem

Art. 7º Haverá dispensa ou interrupção da participação do servidor no programa, nas seguintes hipóteses:



I – suspensão disciplinar não convertida em multa;

II – licença para tratar de interesses particulares;

III – afastamento para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere;

IV – afastamento para exercício de mandato eletivo, exceto quando, havendo compatibilidade de horários, o servidor continue a exercer as atribuições do cargo;

V – participação em curso de formação decorrente de aprovação em concurso público para outro cargo na administração pública federal;

VI – prisão não decorrente de decisão judicial definitiva;

VII – licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro, por prazo indeterminado;

VIII – licença para atividade política;

IX – licença para desempenho de mandato classista;

X – afastamento para estudo ou missão no exterior;

XI – afastamento (sem ônus para o Tribunal) com perda de remuneração, exceto para exercício de função comissionada ou cargo em comissão;

XII – licença para tratamento da própria saúde ou por motivo de doença em pessoa da família, por período superior a vinte por cento da carga horária destinada ao curso;

XIII – cessão, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, de que trata o art. 93 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e

XIV – licença à gestante, à adotante e à paternidade.

Parágrafo único. Na hipótese de licença para acompanhar cônjuge, por prazo indeterminado, com exercício provisório, o servidor poderá participar do programa na sede do Tribunal ou no órgão em que estiver lotado, a critério da Administração.

Art. 8º Na hipótese de dispensa ou de interrupção de que trata o art. 7º, o servidor fica obrigado a participar dos cursos do programa no período subsequente ao retorno às atividades.

## Dos Critérios de Avaliação e do Recurso

Art. 9º O programa de reciclagem anual será constituído de cursos que abrangerão, no mínimo, duas áreas, selecionadas entre as especificadas no § 1º do art. 1º.

Art. 10. As disciplinas dos cursos, tanto de caráter teórico quanto prático, serão definidas pela unidade de gestão de pessoas, em parceria com a unidade de segurança e com a instituição conveniada ou contratada para a execução do programa.

§ 1º A avaliação da aprendizagem em cada disciplina de natureza teórica se dará mediante aplicação de prova objetiva.

§ 2º A avaliação da aprendizagem em cada disciplina de caráter prático se dará mediante aplicação de prova prática.

§ 3º Na disciplina de condicionamento físico, a pontuação em cada modalidade de exercício se estabelecerá conforme escala oriunda da instituição responsável pela execução do programa e será aprovada pelas unidades de segurança e saúde, observada a faixa etária de cada servidor.



§ 4º A pontuação nas demais disciplinas será estabelecida pela instituição responsável por executar o programa, com aprovação da unidade de gestão de pessoas.

§ 5º Será considerado aprovado o servidor que obtiver, no mínimo, cinquenta por cento do total da pontuação obtida nas provas de caráter teórico, de que trata o § 1º, e cinquenta por cento do total da pontuação atingida nas provas de caráter prático, de que trata o § 2º.

§ 6º Além dos requisitos estabelecidos no § 5º deste artigo, serão necessários para aprovação oitenta por cento de frequência em cada matéria.

§ 7º O serviço de saúde do Tribunal deverá emitir laudo médico, informando se o servidor está apto ou inapto a participar das disciplinas de caráter prático.

§ 8º O laudo médico do servidor considerado inapto deverá conter as restrições de saúde a que está sujeito o servidor.

§ 9º O servidor considerado inapto pelo serviço de saúde do Tribunal para participar das disciplinas de caráter prático participará, exclusivamente, das disciplinas de caráter teórico, a que se refere o § 1º, respeitado o disposto nos §§ 5º e 6º.

§ 10º O servidor de que trata o § 9º será avaliado, exclusivamente, nas disciplinas de caráter teórico.

§ 11º Os servidores ocupantes dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, Área de Atividade: Administrativa, Especialidade: Segurança, lotados nas representações do Tribunal, deverão ser encaminhados de ofício para participação no Programa.

Art. 11. A instituição conveniada ou contratada para executar o programa encaminhará o resultado da avaliação da parte teórica e da parte prática para a unidade de gestão de pessoas, tendo em vista homologação e publicação no boletim de serviço.

§ 1º No resultado publicado no boletim de serviço constará o número de matrícula do servidor e se registrará a condição de aprovado ou reprovado.

§ 2º Caberá pedido de reconsideração do resultado publicado no boletim de serviço, dirigido ao titular da unidade de gestão de pessoas.

§ 3º Do indeferimento do pedido de reconsideração caberá recurso hierárquico, na forma da lei.

#### Da Reprovação no Programa

Art. 12. O servidor reprovado terá o pagamento da Gratificação de Atividade de Segurança suspenso a partir do mês subsequente ao da publicação do resultado no boletim de serviço.

§ 1º O servidor reprovado poderá participar dos cursos subsequentes, conforme previsto no art. 4º.

§ 2º Caso aprovado nos cursos de que trata o parágrafo anterior, assim como o servidor que tiver o pedido de recurso deferido, o pagamento da gratificação será restabelecido, com efeitos a partir do mês subsequente ao da publicação do resultado no boletim de serviço.

#### Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 13. No exercício de 2008, excepcionalmente, os cursos do programa de reciclagem anual não serão realizados.



REVOGADO

Art. 14. Os casos omissos serão solucionados pelo Diretor-Geral.

Art. 15. Fica revogada a [Portaria n.º 49, de 9 de abril de 2008.](#)

Art. 16. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no boletim de serviço.

ATHAYDE FONTOURA FILHO